

LEGAL ALERT

CONTRAORDENAÇÕES AMBIENTAIS

AÇÕES DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO

A Lei consagrou o “princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização”.

Esta novidade resulta da [Lei n.º 25/2019, de 26 de março](#), que procede à quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais (aprovada pela [Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto](#)).

Esta medida decorre da aprovação de um projeto de lei da iniciativa de Deputados da Assembleia da República. Ela visa, de acordo com as motivações expressas na discussão parlamentar *(i)* conferir um maior grau de eficiência aos procedimentos inspetivos a operadores económicos e *(ii)* reduzir a probabilidade de os resultados de tais procedimentos poderem ser condicionados pelo conhecimento prévio da realização da atividade inspetiva.

Com a publicação da Lei n.º 25/2019, estabelece-se a regra de que as ações de inspeção e fiscalização ambientais levadas a cabo pelas autoridades administrativas não devem ser antecedidas de comunicação ou notificação às entidades visadas ou aos responsáveis pelas instalações e locais a inspecionar.

Excetuam-se, contudo, os casos em que, sem uma prévia comunicação ou notificação, a atividade de inspeção ou de fiscalização fique condicionada ou prejudicada.

Constituem, assim, exceções à regra do não aviso prévio os casos *(i)* em que estejam em causa procedimentos de inspeção ou fiscalização que impliquem a consulta de elementos documentais, ou outros, que devam ser previamente preparados pelos responsáveis pelas instalações e locais a inspecionar, bem como *(ii)* aqueles em que seja necessário à entidade visada realizar diligências, com vista à preparação da inspeção ou fiscalização.

À semelhança do que já decorria do regime anterior, os responsáveis pelas instalações e locais a inspecionar são obrigados a facultar a entrada e a permanência às autoridades administrativas que atuem no exercício das suas funções inspetivas, de fiscalização ou vigilância, bem como a apresentar-lhes os elementos que legalmente lhes forem exigidos, e, no mesmo contexto, a prestar-lhes as informações que forem requeridas, sob pena de, se tal rejeição não for legalmente admissível, ser solicitada a colaboração das forças policiais de modo a garantir a realização e segurança dos atos inspetivos.

Note-se, por último, que este regime é aplicável não só às instalações, mas também a outros espaços afetos ao exercício das atividades inspecionadas, nomeadamente aos veículos automóveis, às aeronaves, aos comboios e aos navios.

A Lei n.º 25/2019 entra em vigor no dia 27 de março de 2019.

[João Tiago Silveira \[+info\]](#)
[João Pereira Reis \[+info\]](#)
[Ana Robin de Andrade \[+info\]](#)
[Rui Ribeiro Lima \[+info\]](#)
[João Lima Cluny \[+info\]](#)
[Diana Ettner \[+info\]](#)
[Filipa Moraes Vaz \[+info\]](#)
[Francisco Ferreira da Silva \[+info\]](#)